

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.604 - SP (2020/0274024-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : E A PEZZI ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S. A
AGRAVANTE : EUCLIDES ANTÔNIO PEZZI
AGRAVANTE : FABIO EDUARDO MARTINS PEZZI
AGRAVANTE : LINZ EYEWEAR IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADOS : HENRIQUE FURQUIM PAIVA - SP128214
FERNANDO HENRIQUE MACHADO MAZZO E OUTRO(S) -
SP193369
AGRAVADO : BANCO SAFRA S A
ADVOGADO : STÉPHANO DE LIMA ROCCO E MONTEIRO SURIAN E
OUTRO(S) - SP144884

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por EUCLIDES ANTÔNIO PEZZI e OUTROS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO , assim resumido:

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL ACORDO ENTRE AS PARTES EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO COM BASE NO ART 924 II DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL INTIMAÇÃO DOS EXECUTADOS PARA O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS FINAIS CABIMENTO ART 4 INCISO III DA LEI ESTADUAL N116082003 REPARO NO TOCANTE AO VALOR A SER RECOLHIDO A TÍTULO DE TAXA JUDICIÁRIA AGRAVO PROVIDO EM PARTE

Quanto à controvérsia, alega violação do art. 90, §3º, do CPC, no que concerne ao recolhimento das custas finais quando da extinção da execução, trazendo os seguintes argumentos:

Em virtude do acordo formalizado nos autos, a taxa judiciária não é devida, pois a satisfação da dívida não se deu por atos executórios (constritivos e expropriatórios), mas por meio de acordo amigável entre as partes, não havendo que se cogitar, portanto, de custas finais.

Ademais, conforme entendimento do artigo 1º da Lei Estadual de Custas (Lei nº 11.608 de 29/12/2003), o qual determina que o fato gerador da taxa judiciária é a "prestação de serviços públicos de natureza forense".

In casu, a tutela jurisdicional teve sua prestação suprida por ato voluntário das partes, que se compuseram amigavelmente para o pagamento do quantum debeatur. Assim, inexistiu o requisito de satisfação total da tutela jurisdicional, de forma que, por conseguinte, inexistiu circunstância autorizadora para a cobrança da taxa judiciária (fl. 227).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incidem os óbices das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: “O requisito do prequestionamento é indispensável, por isso que inviável a apreciação, em sede de recurso especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o Tribunal de origem, incidindo, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. 9. In casu, o art. 17, do Decreto 3.342/00, não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido, nem sequer foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de prequestioná-lo, razão pela qual impõe-se óbice intransponível ao conhecimento do recurso quanto ao aludido dispositivo”. (REsp 963.528/PR, relator Ministro Luiz Fux, Corte Especial, DJe de 4/2/2010.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; REsp 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019; AgInt no AREsp 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e AgRg no REsp 1.849.115/SC, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020.

Ademais, não é cabível o recurso especial porque interposto contra acórdão com fundamento em legislação local, ainda que se alegue violação de dispositivos de lei federal. Aplicável, por analogia, o óbice previsto na Súmula n. 280 do STF: “Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário”.

Nesse sentido: “A tutela jurisdicional prestada pela Corte de origem com fundamento em legislação local impede o exame do apelo extremo, mediante aplicação da Súmula 280/STF”. (REsp 1.759.345/PI, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 17/10/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no REsp 1.657.693/RJ, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 18/8/2020; AgInt no REsp 1.616.439/SC, relatora Ministra Assusete

Superior Tribunal de Justiça

Magalhães, Segunda Turma, DJe de 1º/6/2020; AgRg no REsp 1.822.671/MT, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 7/4/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente